

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE OBRAS, SENHORA ERLDA ETRA MARIA LESSA, DA SUPERINTÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES – SUPEL, DO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA.

TOMADA DE PREÇOS Nº 029/2022/CPLO/SUPEL/RO

Processo: 0069.067710/2022-49/SEOSP/RO

Objeto: REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA ECOPARQUE PIRARUCU, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO, DISCRIMINADA NO PRESENTE EDITAL.

TRANSTERRA LOGÍSTICA E EMPREENDIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.254.583/0001-05, com sede à Av. Conego Batista Campos, s/n, Térreo, Barcarena – Pará, CEP 68.447-000, neste ato representado pela Sr. Josenildo da Silva Santos, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 424.457.792-00, licitante e participante devidamente credenciada na Concorrência supramencionada, com respeito habitual perante essa autoridade, vem interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, em face de sua inabilitação, o que o faz com base nas razões fáticas e de direito a seguir expostas:

1 – DA TEMPESTIVIDADE:

Preliminarmente, salienta-se que, nos termos do inciso I do art. 109, alínea “a” da Lei 8.666/1993, cabe recurso administrativo no **prazo de 05 (cinco) dias úteis** nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante.

No caso em tela, a decisão ocorreu na data do dia 17.11.2022 em sessão pública de licitação, com a ausência dos demais licitantes a mesma foi publicada no dia 17.11.2022, de modo que o prazo para interpor recurso decorre em 24.11.2022, quinta-feira.

Demonstrada, assim, a tempestividade do presente recurso.

2 – DOS FATOS QUE ENSEJAM O PRESENTE RECURSO:

Trata-se de procedimento licitatório realizado pela Superintência

Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, do Governo do Estado de Rondônia, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 029/2022/CPLO/SUPEL/RO, sob o regime de execução indireta e empreitada por preço global, tipo menor preço, cujo objeto se traduz na **“REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA ECOPARQUE PIRARUCU, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO”**.

Em detida análise do que fora consignado na sessão pública, TOMADA DE PREÇOS Nº 029/2022/CPLO/SUPEL/RO, verificou-se que da realização do certame, houve condutas adotadas pela administração pública que afetaram frontalmente o viés competitivo que se visa experimentar em uma licitação. Isso porque, conforme se visa expor na presente, atos que implicam em descumprimento direto de normas regentes do procedimento licitatório e princípios, com nítida parcialidade e subjetivismo.

O início se deu quanto ao entendimento consubstanciado na ata de sessão de julgamento ocorrida na data do dia 17.11.2022, por meio de análise técnica que inabilitou a presente recorrente com fulcro em entendimento que se afasta da legalidade que objetiva o procedimento de contratação administrativa, qual seja, o de que a empresa TRANSTERRA não teria comprovado possuir *“qualificação técnica profissional para o serviço de “Execução de alambrado estruturado por tubos de aço (montantes e escoras) e tela de arame em aço” e por não ter comprovado o quantitativo mínimo para qualificação técnica operacional para o serviço de “Execução de alambrado estruturado por tubos de aço (montantes e escoras) e tela de arame em aço”, descumprindo assim, parcialmente o exigido no item 16.4 alíneas c) e d) do Edital.*

O resultado da habilitação, apoiado em parecer da área contábil daquela comissão de licitações de obras apoia-se em exigência editalícia que, a bem da verdade, nem deveria existir, uma vez tratar-se de afronta direta aos ditames entabulados pela Lei e jurisprudência pátria.

A comissão finaliza, considerando a natureza técnica dos parecer acima citado, decide pelo seu acatamento e consequente inabilitação da ora recorrente sem atentar para a escorreita análise daquilo que prevê seu instrumento convocatório, ou talvez o mais importante: sem atentar para critérios legais de similaridade, e/ou complexidade técnica igual ou superior previstos a questão em causa.

Assim, ao final deste Recurso, esta Recorrente espera demonstrar ao senhor Presidente e às demais autoridades envolvidas que a aplicação de pequenas correções necessárias ao restabelecimento do certame, para que o mesmo possa prosseguir sem máculas, especialmente julgando aceito e habilitado esta licitante.

3 - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS. DAS RAZÕES DO RECURSO:

3.1) DAS EXIGÊNCIAS DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL E PROFISSIONAL DE LICITANTES.

É imperioso que se aduza, de pronto, a violação manifesta a previsão expressa na legislação pátria, no que concerne aos processos licitatórios. Isso porque, o art. 3º, §1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93, veda expressamente a utilização de meios que restrinjam ou frustrem o caráter competitivo das licitações, *in verbis*:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§1º. É vedado aos agentes públicos:

I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§5º ao 12 deste artigo e no artigo 3º da Lei 8.248, de 23 de outubro de 1991.

As exigências de qualificação técnica não devem ser maiores, portanto, do que aquelas indispensáveis ao cumprimento das obrigações provenientes do contrato a ser celebrado, após a licitação, conforme estabelece a própria Constituição Federal:

Art. 37, XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os

concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

A respeito dos requisitos de habilitação técnica, nas licitações e contratos, reproduzimos adiante as orientações e jurisprudência do TCU:

“comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;

- essa comprovação, no caso de licitações relativas a obras e serviços, dar-se-á por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, e por meio de certidões de acervo técnico (CAT);*

- será sempre admitida comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.”*

Com efeito, o edital de licitação faz as seguintes exigências quanto a qualificação técnica:

16.4 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

b) Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente ou no quadro societário, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista, Engenheiro Mecânico, Arquiteto ou outro profissional de engenharia devidamente registrado na entidade competente e detentor de Certificado de Acervo Técnico – CAT emitido pelo CREA ou CAU pela execução de obras ou serviços de engenharia e/ou arquitetura com características semelhantes ao objeto do Edital, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos, conforme o Art. 30, § 1º inciso I da Lei Federal nº 8.666/93;

Acervo técnico do profissional(is) indicado(s) na Comprovação de Registro da licitante, por execução **de obra ou serviço de construção civil, de características semelhantes ao objeto da licitação**, que será(ão) o(s) profissional(is) responsável(is) técnico pela obra:

| SERVIÇOS REQUERIDOS |
|---|
| Execução de via em piso intertravado |
| Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto |
| Execução de alambrado estruturado por tubos de aço (montantes e escoras) e tela de arame em aço |

d) Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove a **execução de obra com características semelhante ao objeto da licitação**, contendo, no mínimo, a execução dos serviços abaixo relacionados, admitindo-se somatório de atestados sequenciais, mesmo que realizados em períodos distintos:

| SERVIÇOS REQUERIDOS | UND | QTD TOTAL |
|---|----------------|-----------|
| Execução de via em piso intertravado | M ² | 680,00 |
| Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto | M ³ | 46,00 |
| Execução de alambrado estruturado por tubos de aço (montantes e escoras) e tela de arame em aço | M ² | 95,00 |

A recorrente para comprovar a sua qualificação técnica profissional, indicou como responsável técnico o Eng^o Civil Jorge José Amaro Junior, devidamente registrado no CREA-PA sob o nº 11787-D/PA, bem como as Certidões de Acervo Técnico, abaixo relacionadas:

CAT nº 272122/2022 (as folhas 0071/0104) numeração da Transterra, onde é comprovada a experiência do profissional na execução dos seguintes serviços:

- 001.07.30: Revestimento externo de paredes em chapa de ACM – estruturado

- 001.25.06: Grade em ferro para canaleta

- 001.25.07: Guarda-corpo com corrimão em tubo de aço inox 1.1/2

Tais itens foram destacados na documentação apresentada, pois são serviços com tipologia, e técnica executiva com complexidade igual ou superior a execução de um alambrado metálico, item solicitado no edital, e que é o motivo da inabilitação a hora recorrente.

Outrossim, na mesma linha, afirma-se que a empresa cumpriu as exigências de qualificação técnica operacional para o mesmo item, uma vez que apresentou entre seus atestados, a comprovação de execução da construção de uma quadra poliesportiva coberta, constante as folhas 0062/0104 de nossa documentação. No qual é comprovada a execução de uma estrutura metálica com 5.913,92 kg, que trata-se da execução de pilares metálicos e estrutura de cobertura com área de 576,28 m², que é a área constante no item 6.1- Telhamento do mesmo atestado.

Não resta dúvidas que a empresa recorrente comprovou tanto a sua qualificação técnica operacional, como profissional, com a apresentação de atestados de capacidade técnica onde comprova a execução de serviços com similaridade técnica igual ou superior ao item de execução de alambrado estruturado por tubos de aço (montantes e escoras) e tela de arame em aço, conforme descrito no Edital.

Vale ressaltar que exigir-se comprovação da qualificação técnica para itens da obra que não se afiguram como sendo de maior relevância e valor significativo, além de restringir a competitividade do certame, afronta os ditames contidos no art. 30 da Lei n.º 8.666/1993.

Outrossim da mesma forma, as exigências de qualificação técnica, sejam elas de caráter técnico profissional ou técnico operacional, portanto, não devem ser desarrazoadas a ponto de comprometer a natureza de competição que deve permear os processos licitatórios realizados pela Administração Pública. Devem constituir tão somente garantia mínima suficiente para que o futuro contratado demonstre, previamente, capacidade para cumprir as obrigações contratuais.

4) DOS PEDIDOS:

Conforme os fatos e argumentos apresentados neste RECURSO, requer-se como lícita justiça:

a. A peça recursal da recorrente seja conhecida para, no mérito, ser DEFERIDA INTEGRALMENTE, pelas razões e fundamentos expostos;



Transterra Logística e Empreendimentos LTDA

CNPJ : 19.254.583/0001-05

b. Seja reformada a decisão do Douto Presidente, que declarou como inabilitada a empresa **TRANSTERRA LOGÍSTICA E EMPREENDIMENTOS LTDA**, conforme os motivos consignados neste Recurso, tendo em vista o descumprimento/desrespeito às normas legais;

c. Caso o Douto Presidente opte por não reformar sua decisão, REQUER-SE, subsidiariamente, com fulcro no art. 109, III, §4º, da Lei 8.666/93, seja remetido o processo para apreciação de autoridade superior.

São os Termos,
Pede e Aguarda deferimento.

Belém/PA, 24 de novembro de 2022.

Transterra Logística e Empreendimentos LTDA
CNPJ : 19.254.583/0001-05

Wellington da Silva Nascimento
RG: 547.8337 PC-PA / CPF: 878.023.502-63
Sócio Administrador